

Artigo 35.º

Competências da CNRSI

A CNRSI tem as seguintes competências:

- a) Acompanhamento e apoio da actividade desenvolvida pelas entidades responsáveis pela aplicação da presente lei e disposições regulamentares;
- b) Avaliação da execução da legislação sobre rendimento social de inserção e da eficácia social;
- c) Elaboração de um relatório anual sobre a aplicação do rendimento social de inserção e a respectiva evolução;
- d) A formulação de propostas de alteração do quadro legal, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e adequação.

Artigo 36.º

Relatório anual

O relatório previsto na alínea c) do artigo 35.º deve ser apresentado anualmente e objecto de divulgação pública.

Artigo 37.º

Celebração de protocolos

A elaboração do relatório social a que se refere o n.º 2 do artigo 17.º ou do programa de inserção previsto no artigo 17.º ou ainda os dois documentos poderá ser realizada por instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades que prossigam os mesmos fins, mediante a celebração de protocolos específicos e nos termos a regulamentar.

CAPÍTULO VIII

Financiamento

Artigo 38.º

Financiamento

O financiamento do rendimento social de inserção e respectivos custos de administração é efectuado por transferência do Orçamento do Estado, nos termos previstos na lei de bases da segurança social.

CAPÍTULO IX

Disposições transitórias

Artigo 39.º

Direitos adquiridos

Os actuais titulares e beneficiários do direito ao rendimento mínimo garantido mantêm os respectivos direitos até ao fim do período de atribuição dos mesmos, passando a reger-se pelas regras estabelecidas pela presente lei a partir dessa data.

Artigo 40.º

Estruturas operativas locais

As comissões locais de acompanhamento continuarão a desenvolver a sua actividade na área territorial com-

petente, enquanto não forem implementados os núcleos locais de inserção.

CAPÍTULO X

Disposições finais

Artigo 41.º

Norma revogatória

1 — Considera-se revogada a Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, o Decreto-Lei n.º 196/97, de 31 de Julho, e o Decreto-Lei n.º 84/2000, de 11 de Maio.

2 — As disposições do Decreto-Lei n.º 196/97, de 31 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84/2000, de 11 de Maio, que não contrariem a presente lei, mantêm-se em vigor até à data de entrada em vigor da respectiva regulamentação.

Artigo 42.º

Norma processual

Os requerimentos a que se refere o artigo 17.º apresentados antes da entrada em vigor da presente lei devem ainda ser apreciados de acordo com os critérios estabelecidos para o rendimento mínimo garantido.

Artigo 43.º

Regulamentação

A regulamentação da presente lei deverá ser efectuada por decreto-lei num prazo máximo de 60 dias após a sua entrada em vigor.

Artigo 44.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 10 de Abril de 2003.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Promulgada em 9 de Maio de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendada em 12 de Maio de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 27/2003****de 21 de Maio**

Considerando o interesse de que se reveste o reforço e a intensificação das relações bilaterais entre Portugal e a Hungria, país associado da União Europeia, futuro parceiro europeu, na óptica da manutenção e reforço da cooperação e amizade entre os dois países;

Considerando ainda a vantagem em complementar as disposições da Convenção de Viena sobre Relações

Consulares de 1963, de que Portugal e a Hungria são Partes:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova a Convenção Consular entre a República Portuguesa e a República da Hungria, assinada em Budapeste em 4 de Novembro de 2002, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa e húngara, é publicado em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Abril de 2003. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz* — *António Jorge de Figueiredo Lopes* — *Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona*.

Assinado em 2 de Maio de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 6 de Maio de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

CONVENÇÃO CONSULAR ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA HUNGRIA

A República Portuguesa e a República da Hungria, adiante designadas como Partes, desejosas de fortalecer os laços de amizade e de aprofundar a cooperação entre os dois Estados;

Esperando fortalecer e desenvolver as relações consulares a fim de providenciar uma mais efectiva protecção dos direitos e interesses dos seus nacionais, exprimindo a sua vontade de completar e desenvolver a Convenção sobre Relações Consulares, aberta à assinatura em Viena em 24 de Abril de 1963 (adiante designada por Convenção de Viena);

Tendo decidido tornar possível a protecção dos nacionais de cada um dos Estados no território de terceiros Estados;

Declarando que, em tudo o que não estiver regulado na presente Convenção Consular, será subsidiariamente aplicável a Convenção de Viena, cujas definições se adoptam, e as demais normas de direito internacional:

Acordaram as disposições que se seguem:

Artigo 1.º

Nomeação dos membros do pessoal consular

1 — Sem prejuízo das disposições dos artigos 22.º e 23.º da Convenção de Viena, o Estado que envia pode nomear livremente os membros do pessoal consular.

2 — O Estado que envia notificará o Estado receptor do nome completo dos membros do pessoal consular, bem como, no caso de funcionários consulares de carreira, a sua categoria e classe, com pelo menos 15 dias de antecedência da data de chegada.

Artigo 2.º

Cartões de identificação para membros do pessoal consular e para membros das suas famílias e a utilização de categorias consulares por membros da missão diplomática.

1 — O Estado receptor deverá emitir a favor de todos os membros do posto consular e membros da sua família

integrando o seu agregado familiar documentos de identificação pessoal que comprovem o estatuto de membros do pessoal consular ou membros do seu agregado familiar.

2 — Os membros do quadro de pessoal diplomático da missão diplomática que desempenhem funções consulares podem também usar categorias consulares.

Artigo 3.º

Inviolabilidade pessoal dos funcionários consulares

1 — Os funcionários consulares, desde que não sejam nacionais ou residentes permanentes no Estado receptor, não podem ser detidos ou presos preventivamente, excepto nos casos de crime grave, nos termos do artigo 41.º da Convenção de Viena e na base da decisão da autoridade judicial competente.

2 — Excepto no caso previsto no n.º 1 do presente artigo, os funcionários consulares não poderão ser presos nem submetidos a qualquer outra forma de limitação à sua liberdade pessoal, salvo em execução de uma decisão judicial definitiva.

3 — O Estado receptor deverá tratar as pessoas referidas no número anterior com o devido respeito e deverá tomar todas as medidas apropriadas a fim de prevenir algum ataque à sua pessoa, liberdade ou dignidade.

Artigo 4.º

Imunidade de jurisdição

1 — Os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos actos realizados no exercício das funções consulares.

2 — Todavia, as disposições do n.º 1 do presente artigo não se aplicarão em caso de acção civil:

- a) Resultante da conclusão de um contrato feito por um funcionário consular ou um empregado consular que não o tenha cumprido expressa ou implicitamente como mandatário do Estado que envia; ou
- b) Intentada por um terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, navio ou aeronave ocorrido no Estado receptor.

Artigo 5.º

Obrigações de testemunhar

1 — Os empregados consulares e os membros do pessoal de serviço não devem recusar-se a depor como testemunhas, excepto nos casos mencionados no n.º 3 do presente artigo. Se um funcionário consular se recusar a testemunhar, nenhuma medida coerciva ou qualquer outra sanção lhe poderá ser aplicada.

2 — A autoridade que requerer o testemunho deverá evitar que o funcionário consular seja perturbado no exercício das suas funções. Poderá tomar o depoimento do funcionário consular no seu domicílio ou no posto consular, ou aceitar as suas declarações por escrito, sempre que seja possível.

3 — Os membros de um posto consular não serão obrigados a depor sobre factos relacionados com o exercício das suas funções nem a exhibir correspondência ou documentos oficiais que a elas se refiram. Poderão, igualmente, recusar-se a depor na qualidade de peritos sobre as leis do Estado que envia.

Artigo 6.º

Inviolabilidade das instalações consulares

1 — As instalações consulares são invioláveis. As autoridades do Estado receptor não poderão entrar nas instalações consulares sem o consentimento do chefe do posto consular ou do chefe da missão diplomática do Estado que envia ou da pessoa por eles designada.

2 — As disposições do número anterior são aplicáveis às residências dos funcionários consulares.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, o Estado receptor tem o especial dever de proteger as instalações consulares contra qualquer intrusão ou dano e de prevenir qualquer perturbação da tranquilidade do posto consular ou ofensa contra a sua dignidade.

4 — As instalações consulares, os seus equipamentos e os bens do posto consular, bem como os seus meios de transporte, gozam de imunidade contra qualquer forma de requisição para fins de defesa nacional ou de utilidade pública.

Artigo 7.º

Comunicação com os nacionais do Estado que envia e concessão de assistência e apoio

1 — Os funcionários consulares têm o direito de:

- a) Comunicar livremente com os nacionais do Estado que envia, quer se trate de pessoas singulares ou colectivas, aconselhá-los e prestar-lhes assistência e apoio, incluindo apoio jurídico e assistência judiciária;
- b) Representar, em conformidade com as leis, regulamentos e usos do Estado receptor, os nacionais do Estado que envia referidos na alínea anterior que, por ausência ou qualquer outra razão, não estejam em condições de proteger os seus direitos e interesses, a fim de obterem, em conformidade com as leis do Estado que recebe, informação sobre medidas cautelares relativas aos seus direitos e interesses ou iniciar os respectivos procedimentos;
- c) Solicitar, por razões humanitárias, às competentes autoridades do Estado que recebe informações sobre a residência de nacionais do Estado que envia.

2 — O Estado receptor não impedirá o exercício do direito dos nacionais do Estado que envia de contactarem os respectivos funcionários consulares e de entrarem nas suas instalações consulares.

Artigo 8.º

Comunicação com as autoridades do Estado receptor

1 — No exercício das suas funções, os funcionários consulares poderão comunicar com:

- a) As autoridades locais competentes da sua área de jurisdição consular;
- b) As autoridades centrais do Estado receptor.

2 — Nos casos em que os funcionários consulares se dirijam por escrito às autoridades referidas no número anterior, estas podem requerer que a comunicação escrita seja acompanhada por uma tradução na língua oficial do Estado receptor.

Artigo 9.º

Funções relativas à nacionalidade

Os funcionários consulares têm o direito de:

- a) Registrar os cidadãos do Estado que envia que se encontrem na respectiva área de jurisdição consular e manter um registo com os seus dados;
- b) Receber, em conformidade com as leis e regulamentos do Estado que envia, declarações e transmitir documentos relativos à nacionalidade.

Artigo 10.º

Exercício de funções notariais

Os funcionários consulares têm o direito de realizar os seguintes actos nas instalações consulares, na sua residência ou na residência dos nacionais do Estado que envia, a bordo de barco com a nacionalidade do Estado que envia ou a bordo de aeronave registada no Estado que envia:

- a) Receber, redigir e autenticar pedidos de nacionais do Estado que envia;
- b) Redigir, autenticar e guardar os testamentos de nacionais do Estado que envia;
- c) Redigir e ou autenticar declarações legais unilaterais de cidadãos do Estado que envia, desde que o objecto ou finalidade das mesmas não seja proibido pelas leis e regulamentos do Estado receptor;
- d) Redigir e ou autenticar transacções concluídas entre nacionais do Estado que envia ou entre nacionais do Estado que envia e nacionais do Estado receptor, se estas transacções respeitarem a direitos incidentes sobre bens de qualquer natureza existentes no território do Estado que envia, desde que tais transacções não sejam proibidas pelas leis e regulamentos do Estado receptor. Os funcionários consulares não deverão redigir ou autenticar transacções legais que tenham em vista o estabelecimento ou a transferência de direitos relativos a bens imóveis sitos no território do Estado que recebe;
- e) Legalizar documentos emanados das autoridades do Estado que envia ou do Estado que recebe e respectivas cópias, extractos e traduções;
- f) Autenticar as assinaturas dos nacionais do Estado que envia em qualquer documento, desde que o respectivo conteúdo não seja proibido pelas leis e regulamentos do Estado que recebe;
- g) Receber em custódia valores e documentos de nacionais do Estado que envia, desde que não seja proibido pelas leis e regulamentos do Estado que recebe;
- h) Qualquer outro acto que caiba no âmbito da sua competência, desde que tal não seja proibido pelas regras e regulamentos do Estado que recebe.

Artigo 11.º

Funções relativas ao estado civil

1 — Caso as leis e regulamentos do Estado que envia o autorizem, e caso as leis e regulamentos do Estado

receptor não o proíbam, o funcionário consular terá o direito de:

- a) Registrar o nascimento, a morte, a adopção, a mudança de nome próprio e do nome de família de nacionais do Estado que envia, mediante notificações e documentos recebidos;
- b) Celebrar casamentos, desde que ambas as partes sejam nacionais do Estado que envia e não sejam nacionais do Estado receptor;
- c) Receber declarações ou qualquer outro documento relativo ao estado civil de nacionais do Estado que envia.

2 — A pedido de um funcionário consular, as autoridades do Estado receptor deverão proporcionar, sem encargos financeiros e taxas, documentos que certifiquem o nascimento, a morte e o casamento de nacionais do Estado que envia.

3 — O funcionário consular deverá notificar as autoridades competentes do Estado receptor dos actos praticados e mencionados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 12.º

Protecção dos interesses de nacionais do Estado que envia relativamente à herança

1 — Em caso de morte de um nacional de uma das Partes contratantes no território da outra Parte, a autoridade competente deverá notificar imediatamente a missão diplomática ou posto consular do Estado da sua nacionalidade e habilitá-lo com toda a informação disponível relativa aos seus herdeiros, sua residência e endereço, descrição da herança e existência de testamento.

2 — A autoridade mencionada no número anterior deverá enviar idêntica notificação caso receba informação de que o nacional falecido possuía património num terceiro Estado.

3 — A autoridade competente do Estado receptor deverá notificar o funcionário consular com a maior brevidade possível quanto à existência de herança no território do Estado receptor, desde que, segundo a informação disponível, o herdeiro seja um nacional, singular ou colectivo, do Estado que envia.

4 — Caso seja o funcionário consular a primeira entidade a receber informações sobre o óbito de um nacional do Estado que envia ou sobre a existência de herança pertencente a um nacional do Estado que envia, deverá notificar as autoridades do Estado receptor.

5 — De acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor e nos casos mencionados nos n.ºs 1, 3 e 4, o funcionário consular terá o direito de:

- a) Solicitar às autoridades do Estado receptor a guarda ou gestão da herança ou promover diligências nesse sentido;
- b) Estar presente ou participar de qualquer outra forma na tomada de decisões relativas às medidas mencionadas na alínea a) deste número;
- c) Sem necessidade de procuração, proporcionar representação aos nacionais do Estado que envia que tenham interesses legais na herança mas que não estejam presentes ou representados no Estado receptor.

6 — Quando o funcionário consular promover diligências no sentido de proporcionar a representação de

acordo com a alínea c) do n.º 5, a mesma deverá ser efectiva até que a pessoa representada designe o seu próprio representante ou pessoalmente defenda os seus próprios direitos e interesses.

7 — O Estado que envia e o Estado receptor deverão facilitar a entrega da herança, especialmente através de:

- a) Emissão de licenças de exportação e importação de bens que façam parte da herança, desde que a exportação e a importação dos mesmos não sejam proibidas pelas leis e pelos regulamentos do Estado emissor da licença;
- b) Autorização de venda das parcelas dos bens necessários que não sejam passíveis de exportação de acordo com a alínea a) deste número;
- c) Autorização de transferência do valor líquido das vendas realizadas, em moeda convertível, para o Estado dos herdeiros ou da pessoa com interesses na herança.

8 — O funcionário consular deverá ter o direito, mediante procuração legal, de receber — em nome do nacional do Estado que envia, quando este não se encontra no território do Estado receptor — do tribunal ou outras autoridades ou pessoas dinheiro ou bens, incluindo os espólios, as indemnizações pagas relativamente a acidentes e o pagamento de apólices de seguro de vida, que sejam devidos ao representado em consequência do óbito da pessoa.

9 — Quando um nacional em visita no território de uma das Partes Contratantes falecer, os bens deverão ser entregues, sem necessidade de qualquer formalidade, à missão diplomática ou consular do seu país de origem.

Artigo 13.º

Tutela e curatela

1 — Se, no interesse de um nacional de uma das Partes Contratantes, residente habitual ou permanente ou cujo património esteja localizado no território da outra Parte, for necessário promover diligência visando a tutela ou curatela, as autoridades competentes da outra Parte deverão informar imediatamente a missão diplomática ou consular do Estado da sua nacionalidade.

2 — De acordo com o sistema legal do Estado receptor, o funcionário consular deverá ter o direito de:

- a) Contactar com as autoridades competentes do Estado receptor relativamente a todas as questões relacionadas com a tutela e curatela, com vista à protecção dos interesses dos nacionais do Estado que envia, bem como para assegurar a conservação do seu património no caso de ausência;
- b) Propor curadores ou tutores às autoridades competentes do Estado receptor.

Artigo 14.º

Funções relacionadas com a prisão ou outra forma de detenção de um nacional do Estado que envia

1 — A autoridade competente do Estado receptor deverá imediatamente, num prazo não superior a três dias, notificar o competente funcionário consular do Estado que envia se, na sua área consular, um nacional desse referido Estado for preso ou detido ou tiver sido ordenada a sua detenção, adiante referido como detido.

2 — Qualquer comunicação do detido nacional do Estado que envia endereçada ao posto consular deverá ser imediatamente transmitida a este pelas autoridades do Estado receptor.

3 — O funcionário consular deverá ter o direito de comunicar e visitar imediatamente o detido nacional do Estado que envia, entrevistá-lo e receber mensagens e encomendas da sua parte, bem como o de lhe assegurar o acesso a representação legal. As autoridades competentes do Estado receptor deverão autorizar o funcionário consular com a brevidade possível, mas num prazo não superior a quatro dias a partir do início da detenção, a visitar o nacional do Estado que envia.

4 — O funcionário consular não deverá promover diligências no interesse do nacional detido se o mesmo inequivocamente protestar contra a tomada das mesmas ao assinar, na presença de um funcionário consular, a declaração anexa à presente Convenção.

5 — O Estado receptor deverá informar o detido nacional do Estado que envia quanto ao conteúdo do presente artigo utilizando o formulário em anexo à presente Convenção.

6 — As Partes contratantes deverão exercer os direitos estipulados no presente artigo de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor.

Artigo 15.º

Assistência a navios do Estado que envia

1 — O funcionário consular tem o direito de facultar a assistência apropriada e o apoio a navios do Estado que envia quando este se encontrar num porto do Estado receptor ou em águas interiores ou no mar territorial ou nas vias hidrográficas internas sobre as quais este exerça poderes de soberania ou de jurisdição.

2 — O funcionário consular tem o direito de se encontrar ou comunicar com o capitão e membros da tripulação, a bordo do navio ou em qualquer outro local, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor.

3 — O funcionário consular tem o direito de comunicar com as autoridades competentes do Estado receptor e de solicitar o seu apoio para o exercício das suas funções relacionadas com todas as questões que afectem o navio do Estado que envia, o seu capitão e a sua tripulação e carga.

Artigo 16.º

Assistência ao capitão e aos membros da tripulação

1 — De acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, e sem prejuízo dos poderes das respectivas autoridades, ao funcionário consular deverá ser permitido:

- a) Examinar qualquer incidente que tome lugar a bordo do navio do Estado que envia, interrogar o capitão e qualquer membro da tripulação em relação ao respectivo incidente, examinar os documentos do navio, receber informações sobre o itinerário e destino do navio e proporcionar a assistência à chegada, partida e durante a permanência do navio no porto;
- b) Participar na resolução de conflitos entre o capitão e os membros da tripulação;
- c) Obter tratamento médico apropriado para o capitão, membros da tripulação e passageiros

do navio, bem como promover diligências para a sua repatriação;

- d) Receber, delinear, executar ou prorrogar a validade de qualquer declaração ou documento relacionado com o navio do Estado que envia, sua tripulação ou carga, de acordo com as leis e regulamentos do Estado que envia;
- e) Tomar qualquer outra medida com vista a aplicar as leis e regulamentos do Estado que envia relativamente a transportes marítimos comerciais.

2 — De acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, ao funcionário consular deverá ser permitido facultar assistência ao capitão ou a qualquer outro membro da tripulação antes das autoridades judiciais ou outras do Estado receptor.

Artigo 17.º

Protecção no decurso de inquérito a bordo de navio do Estado que envia

1 — Se os tribunais ou outras autoridades competentes do Estado receptor decidirem tomar medidas coercivas ou conduzir uma investigação a bordo de um navio do Estado que envia situado em águas interiores ou no mar territorial ou nas vias hidrográficas internas do Estado receptor, as autoridades competentes do Estado receptor deverão notificar previamente o funcionário consular a fim de possibilitar a sua presença durante o desempenho das suas funções. Se o funcionário consular não estiver presente quando as referidas medidas estiverem a ser tomadas, as autoridades competentes do Estado receptor deverão, a seu pedido, transmitir ao funcionário consular informações escritas sobre quanto sucedeu. Se a urgência das medidas a tomar não permitir a referida notificação prévia do funcionário consular, as autoridades competentes do Estado receptor deverão informar por escrito o funcionário consular do facto e da natureza das medidas tomadas, mesmo na ausência de um pedido expresso do funcionário consular.

2 — O disposto no número anterior do presente artigo deverá ser aplicado quando é ordenado o desembarque do capitão ou de um membro da tripulação, com vista a prestar declarações sobre questões relacionadas com o navio.

3 — Exceptuando os casos em que o funcionário consular ou o capitão do navio do Estado que envia assim o solicitam ou permitem, as autoridades judiciais ou outras do Estado receptor não deverão interferir em assuntos internos do navio e respeitantes às relações entre os membros da tripulação, questões laborais, disciplina a bordo do navio ou outras medidas relacionadas com a gestão interna do navio, desde que as leis e regulamentos do Estado receptor relativas à ordem pública e segurança pública não sejam infringidas.

4 — As disposições do presente artigo não serão aplicadas quanto às medidas habituais de inspecção aduaneira, de emigração, alfândega e exame de saúde pública que sejam tomadas a pedido ou com o consentimento do capitão.

Artigo 18.º

Assistência em caso de naufrágio

1 — Se uma embarcação do Estado que envia naufragar, encalhar ou sofrer qualquer avaria nas águas

interiores ou no mar territorial ou nas vias hidrográficas internas do Estado receptor, as autoridades competentes do Estado receptor informarão, logo que possível, o funcionário consular e fornecer-lhe-ão pormenores sobre as medidas tomadas para salvamento de passageiros e tripulação, bem como para protecção da embarcação e da sua carga.

2 — O funcionário consular poderá prestar assistência a uma embarcação do Estado que envia, aos passageiros e membros da tripulação nacionais desse Estado ou solicitar ao Estado receptor a prestação dessa assistência.

3 — Se o proprietário ou capitão do navio do Estado que envia, ou qualquer outra pessoa autorizada, não tiver possibilidade de adoptar as medidas necessárias à salvaguarda ou protecção da embarcação ou da sua carga, ou para delas dispor por qualquer outro meio, o funcionário consular do Estado que envia empreenderá estas medidas em nome do proprietário ou solicitará ao Estado receptor a sua execução.

4 — As disposições dos números anteriores do presente artigo serão também aplicáveis a qualquer objecto que seja propriedade de um nacional do Estado que envia ou de um terceiro Estado e que tenha sido encontrado na costa ou nas águas do Estado receptor ou tenha sido transportado para um porto do Estado receptor.

5 — As autoridades competentes do Estado receptor prestarão toda a assistência necessária ao funcionário consular nas suas diligências com vista ao salvamento do navio do Estado que envia.

6 — A embarcação naufragada do Estado que envia, a sua carga e os respectivos componentes estão isentos de impostos ou taxas aduaneiras do Estado receptor, com excepção dos casos em que a embarcação e a sua carga tenham sido deixadas naquele Estado com vista ao pagamento dos impostos ou taxas aduaneiras.

Artigo 19.º

Funções relativas às aeronaves do Estado que envia

Os artigos 15.º a 18.º aplicar-se-ão também às aeronaves de aviação civil na medida em que não contrariem qualquer acordo sobre a aviação civil de que ambos os Estados sejam Partes.

Artigo 20.º

Notificação de acidentes e da paragem de veículos de transporte

1 — As autoridades competentes do Estado receptor notificarão, sem tardar, o funcionário consular de qualquer acontecimento que afecte os nacionais do Estado que envia em virtude do qual tenha resultado a sua morte ou ferimento.

2 — As autoridades competentes do Estado receptor notificarão o funcionário consular de todos os casos em que um veículo de transporte que seja propriedade ou esteja a ser utilizado por um nacional do Estado que envia tenha sido impedido de circular.

Artigo 21.º

Receitas consulares

O Estado receptor assegurará ao posto consular a possibilidade de enviar livremente ao Estado que envia, em qualquer moeda convertível, os impostos e taxas cobrados.

Artigo 22.º

Funcionários consulares honorários

Um posto consular gerido por um funcionário consular honorário não poderá ser estabelecido no território do Estado receptor sem o seu consentimento. A sede do posto consular honorário, a sua categoria e a sua área de jurisdição serão fixadas pelo Estado que envia com a aprovação do Estado receptor.

Artigo 23.º

Cooperação no âmbito da protecção consular dos nacionais dos Estados Partes em território de Estados terceiros

As Partes colaborarão, na base de entendimento *ad hoc*, no sentido de fornecer protecção consular mútua aos seus nacionais em território de Estados terceiros onde apenas um dos Estados Partes possua uma missão diplomática ou posto consular.

Artigo 24.º

Entrada em vigor e denúncia

1 — A presente Convenção entrará em vigor 30 dias após a data de recepção da última das notificações por escrito e por via diplomática das Partes comunicando o cumprimento de todos os formalismos constitucionais e legais internos exigíveis para a sua entrada em vigor.

2 — A presente Convenção poderá ser denunciada a qualquer momento por solicitação de uma das Partes. A denúncia produzirá efeitos seis meses após a data de recepção da notificação escrita de uma das Partes comunicando, através dos canais diplomáticos, à outra Parte da sua intenção de denunciar a Convenção.

3 — A denúncia da presente Convenção não prejudicará os procedimentos consulares iniciados antes do término da Convenção.

Assinada em Budapeste, aos 4 de Novembro de 2002, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e húngara, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Hungria:



ANEXO

Tájékoztató a letartóztatott konzuli védelemre való jogáról

Informação relativa ao direito a protecção consular da pessoa detida

A Magyar Köztársaság és a Portugál Köztársaság közötti Konzuli Egyezmény 14. cikke szerint:

- a) az Ön letartóztatásáról, fogva tartásáról, őrizetbe vételéről vagy más formában történő feltartóztatásáról (a továbbiakban: fogva tartásáról) haladéktalanul, de legkésőbb 3 napon belül értesítik az Ön államának illetékes konzuli tisztviselőjét. Az értesítési kötelezettség akkor is fennáll, ha Ön az értesítést nem kéri.

- b) Önnek jogában áll a konzullal kapcsolatba lépni. A konzulhoz címzett bármely közlését a fogva tartó hatóságnak haladéktalanul továbbítania kell a konzul részére.
- c) a konzulnak joga van
- 1) Önnel telefonon vagy írásban haladéktalanul kapcsolatba lépni,
 - 2) Önt meglátogatni,
 - 3) Öntől üzenetet vagy csomagot átvenni,
 - 4) az Ön jogi képviselote érdekében intézkedni.

A konzul tartózkodik a c) pont alatti jogai gyakorlásától, ha Ön ez ellen a konzul jelenlétében tett nyilatkozatával tiltakozik.

Nos termos do artigo 14.º da Convenção Consular entre a República Portuguesa e a República da Hungria:

- a) O funcionário consular competente do Estado de que V. Ex.^a é nacional será notificado sem demora e num prazo não superior a três dias a contar da sua detenção, prisão ou qualquer outra medida privativa da liberdade (doravante designada por detenção). É obrigatória a referida notificação, sem prejuízo de não ter sido por V. Ex.^a formulado um pedido nesse sentido;
- b) Tem direito a contactar o cônsul. A autoridade que procedeu à detenção é obrigada a transmitir sem demora ao cônsul qualquer comunicação que V. Ex.^a entenda dirigir-lhe;
- c) O cônsul tem o direito de:
- 1) Estabelecer contacto com V. Ex.^a sem demora, por telefone ou por escrito;
 - 2) Visitar V. Ex.^a;
 - 3) Receber uma mensagem ou encomenda procedente de V. Ex.^a;
 - 4) Diligenciar no sentido da representação legal de V. Ex.^a

O cônsul abster-se-á do exercício dos direitos previstos na alínea c) se V. Ex.^a prescindir da sua intervenção através de uma declaração feita na presença do cônsul.

Alulírotte ... (fogva tartott neve) kijelentem, hogy a fentieket átolvastam, megértettem.

Eu, abaixo assinado, ... (nome da pessoa detida), declaro que li e entendi quanto precede.

Kelt ...-en, 20 ... (év) ... (hó) ... napján.

Dado em ..., aos ... de ... de ...

...

(fogva tartott aláírása)

(assinatura da pessoa detida)

Nyilatkozat

Declaração

Alulírott ... (fogva tartott neve) a fenti tájékoztató c) pontja alapján biztosított jogommal élve, a konzul jelenlétében kijelentem, nem kívánom, hogy a konzul az érdekeimben intézkedést tegyen.

Eu, abaixo assinado, ... (nome da pessoa detida), exercendo o meu direito, previsto na alínea c) do presente guia informativo, declaro, na presença do cônsul, que não desejo que o cônsul tome quaisquer medidas no meu interesse.

Kelt ...-en, 20 ... (év) ... (hó) ... napján.

Dado em ..., aos ... de ... de ...

...

(konzul aláírása)

(assinatura do cônsul)

...

(fogva tartott aláírása)

(assinatura da pessoa detida)

Konzuli Egyezmény a Portugál Köztársaság és a Magyar Köztársaság között

A Portugál Köztársaság és a Magyar Köztársaság (a továbbiakban a Felek),

attól a törekvéstől vezetve, hogy elősegítsék a két állam közötti baráti kapcsolatok erősítését, továbbá az együttműködés elmélyítését,

attól az óhajtól vezetve, hogy állampolgáraik jogainak és érdekeinek hatékonyabb védelme céljából erősítsék és fejlesszék a konzuli kapcsolatokat,

kifejezve azon akaratukat, hogy kiegészítsék és fejlesszék a konzuli kapcsolatokról Bécsben, 1963. április 24-én elfogadott Egyezményt (a továbbiakban Bécsi Egyezmény),

elhatározva, hogy lehetővé teszik egymás állampolgárai konzuli védelmét harmadik államok területén,

megegyezve, hogy a jelen Egyezményben nem említett kérdésekben kiegészítő jelleggel a Bécsi Egyezményben rögzített rendelkezéseket, annak definícióit, valamint a nemzetközi jog egyéb normáit alkalmazzák,

az alábbiakban állapotok meg:

1. Cikk

A konzuli személyzet tagjainak kinevezése

1. A Bécsi Egyezmény 22. és 23. Cikkeiben foglaltak figyelembevételével, a küldő állam saját belátása szerint nevezheti ki a konzuli személyzet tagjait.

2. A küldő állam a beutazást megelőzően legalább tizenöt nappal nappal közli a fogadó állammal a konzuli személyzet valamennyi kinevezésére kerülő tagjának családi és utónevét, a hivatásos konzuli tisztviselők esetében pedig azok kategóriáját és osztályát is.

2. Cikk

A konzuli képviselő tagjának és családtagjainak igazolványa és a diplomáciai képviselet tagjának konzuli ranghasználat

1. A fogadó állam a konzuli képviselőt valamennyi tagjának és a háztartásában élő családtagjainak személyazonosításra szolgáló igazolványt állít ki, amely a konzuli képviselő tagjainak és a háztartásukban élő családtagjainak jogállását igazolja.

2. A diplomáciai személyzet azon tagjai, akik konzuli feladatokat látnak el, konzuli rangot is használhatnak.

3. Cikk

A konzuli tisztviselők személyes sérthetlensége

1. A konzuli tisztviselőket - amennyiben nem a fogadó állam állampolgárai vagy állandó lakosai - nem lehet őrizetbe venni vagy előzetes letartóztatásba helyezni, kivéve, ha ez a Bécsi Egyezmény 41. cikkében meghatározott súlyos bűncselekmény esetén és az illetékes igazságügyi hatóság határozata alapján történik.

2. A jelen Cikk 1. bekezdésében említett eset kivételével a konzuli tisztviselőket nem lehet bebörtönözni, sem személyes szabadságukat bármely más módon korlátozni, kivéve, ha ez jogerős bírói ítélet végrehajtásaként történik.

3. A fogadó állam köteles illő tisztelettel bánni az 1. bekezdésben említett személyekkel, és minden megfelelő intézkedést megtenni a személyük, szabadságuk és méltóságuk bármely sérelmének megakadályozására.

4. Cikk

Joghatóság alóli mentesség

1. A konzuli tisztviselők és a konzuli alkalmazottak a konzuli feladatok gyakorlása során végzett cselekményeik tekintetében nem tartoznak a fogadó állam bírói és államigazgatási joghatósága alá.

2. A jelen Cikk 1. bekezdésének rendelkezései azonban nem alkalmazandók:

- a) az olyan szerződés kötéséből eredő polgári per esetén, amelyet valamely konzuli tisztviselő vagy konzuli alkalmazott kifejezetten vagy hallgatólágalosan nem a küldő állam megbízottjaként kötött; vagy
- b) valamely harmadik személy által indított olyan polgári per esetén, amelyet gépjármű, hajó vagy repülőgép által a fogadó állam területén okozott balesetből származó kártérítés iránt indítottak.

5. Cikk

Tanúzási kötelezettség

1. A konzuli alkalmazottak és a kisegítő személyzet tagjai a tanúvallomást - a jelen Cikk 3. bekezdésében említett eseteket kivéve - nem tagadhatják meg. Ha valamely konzuli tisztviselő a tanúként való közreműködést megtagadja, vele szemben semmiféle kényszerintézkedés vagy más szankció nem alkalmazható.
2. A tanúvallomást kérő hatóság köteles elkerülni, hogy a konzuli tisztviselőt feladatai teljesítésében akadályozza. E hatóság a konzuli tisztviselő tanúvallomását - minden olyan esetben, amikor az lehetséges - annak lakásán vagy a konzuli képviseleten is felveheti vagy írásbeli nyilatkozat formájában is elfogadhatja.
3. A konzuli képviselet tagjai nem kötelesek vallomást tenni a hivataluk gyakorlásával kapcsolatos tényekről, és nem kötelesek bemutatni az erre vonatkozó levelezést és hivatalos okmányokat. Joguk van megtagadni azt is, hogy mint a küldő állam nemzeti jogának szakértői tegyenek vallomást.

6. Cikk

A konzuli helyiségek sérthetlensége

1. A konzuli helyiségek sérthetetlenek. A fogadó állam hatóságai a konzuli képviselet vezetőjének vagy a küldő állam diplomáciai képviselete vezetőjének, illetőleg az általuk megbízott személyek engedélye nélkül nem léphetnek be a konzuli helyiségekbe.
2. A jelen cikk 1. bekezdésének rendelkezései érvényesek a konzuli tisztviselők lakására is.
3. A jelen cikk 1. bekezdése rendelkezéseinek betartása mellett a fogadó államnak különös kötelessége, hogy minden szükséges intézkedéssel megvédje a konzuli helyiségeket bármely behatolással vagy kártétellel szemben, valamint megakadályozza a konzuli képviselet nyugalmának bármely megzavarását vagy méltóságának csorbítását.
4. A konzuli helyiségek, azok berendezési tárgyai, a konzuli képviselet vagyontárgyai, továbbá közlekedési eszközei mentesek a fogadó állam honvédelmi vagy közérdekű cselekményeinek kizárásának minden formája alól.

7. Cikk

Kapcsolattartás a küldő állam állampolgáraival, segítség és támogatás nyújtása részükre

A konzuli tisztviselő jogosult arra, hogy:

- a) szabadon érintkezzen a küldő állam állampolgáraival, természetes és jogi személyeivel, tanácsokat adjon nekik, őket bármely segítségben és támogatásban részesítse, ideértve a jogi támogatást, vagy ilyen segítség illetve támogatás nyújtására tett intézkedéseket,
 - b) a fogadó állam jogszabályainak és gyakorlatának betartásával, a fogadó állam bíróságai és más hatóságai előtt a küldő állam olyan állampolgárait képviselje, vagy szükséges képviseletüket biztosítsa, akik távol vannak, vagy valamilyen más okból nincsenek abban a helyzetben, hogy jogaikat és érdekeiket kellő időben megvédjék, mindezt annak érdekében, hogy a fogadó állam törvényeivel összhangban felvilágosítást kapjon az érintett személyek jogait és érdekeit érintő előzetes intézkedésekről, vagy ilyen intézkedés megtételét kezdeményezze,
 - c) humanitárius célból, a küldő állam állampolgárai tartózkodási helyének megállapítása érdekében, megkereséssel forduljon a fogadó állam illetékes hatóságaihoz.
2. A fogadó állam nem korlátozza, hogy a küldő állam állampolgárai a konzuli tisztviselővel érintkezésbe lépjenek, vagy a konzuli képviseletre szabadon belépessenek.

8. Cikk

Kapcsolattartás a fogadó állam hatóságaival

1. Konzuli feladatai teljesítése során a konzuli tisztviselő jogosult:
 - a) a konzuli kerület illetékes helyi hatóságaihoz fordulni,
 - b) a fogadó állam illetékes központi hatóságaihoz fordulni.
2. Amennyiben a konzuli tisztviselő a fenti hatóságokat írásban keresi meg, azok megkövetelhetik a megkeresésnek a fogadó állam hivatalos nyelvében történő csatolását.

9. Cikk

Állampolgársággal kapcsolatos feladatok

A konzuli tisztviselő jogosult:

- a) a küldő államnak a konzuli kerületben tartózkodó állampolgárait nyilvántartásba venni, és róluk nyilvántartást vezetni,
- b) a küldő állam jogszabályaiával összhangban, állampolgársági ügyekben beadványokat átvenni, iratokat kézbesíteni.

10. Cikk

Közjegyzői feladatok teljesítése

A konzuli tisztviselő jogosult a konzuli képviseleten, lakásán vagy a küldő állam állampolgárainak lakásán, valamint a küldő állam nemzeti hovatartozással rendelkező hajóján vagy lajstromozott repülőgépén az alábbi cselekmények végzésére:

- a) átvenni, írásba foglalni vagy hitelesíteni a küldő állam állampolgárainak kérelmeit,
- b) írásba foglalni, hitelesíteni és megőrizni a küldő állam állampolgárainak végrendeleteit,
- c) írásba foglalni vagy hitelesíteni a küldő állam állampolgárainak egyoldalú jognyilatkozatait, amennyiben ezek tartalma vagy célja a fogadó állam jogszabályaival nem ellentétes,
- d) írásba foglalni vagy hitelesíteni a küldő állam állampolgárai, valamint a küldő állam állampolgárai és a fogadó állam állampolgárai között létrejött jogügyleteket, ha ezek a küldő állam területén létező bármely természetű javakkal kapcsolatos jogokra vonatkoznak, feltéve, hogy az ilyen jogügyletet a fogadó állam jogszabályai nem tiltják. A konzuli tisztviselő nem foglalhat írásba, és nem hitelesíthet olyan jogügyletet, amely a fogadó államban lévő ingatlan javakra vonatkozó jogok alapítására vagy átruházására irányul,
- e) felülhitelesíteni a küldő állam vagy a fogadó állam hatóságaitól származó iratokat, valamint ezeknek az iratoknak a másolatát, kivonatát és fordítását,
- f) hitelesíteni a küldő állam állampolgárainak aláírását bármely iraton, ha ennek tartalma nem ütközik a fogadó állam jogszabályaiba,
- g) megőrizésre átvenni a küldő állam állampolgárainak vagyontárgyait és iratait, amennyiben ezt a fogadó állam jogszabályai nem tiltják,
- h) a hivatali jogkörébe tartozó egyéb olyan cselekményekre, amelyeket a fogadó állam jogszabályai nem tiltanak.

11. Cikk

Személyállapottal kapcsolatos feladatok

1. Amennyiben a küldő állam törvényei és más jogszabályai a konzuli tisztviselőt felhatalmazzák, és a fogadó állam törvényei és más jogszabályai nem tiltják, a konzuli tisztviselő jogosult:
 - a) a küldő állam állampolgárainak születéséről, elhalálozásáról, örökbe fogadásáról, családi és utónevéről megváltoztatásáról szóló értesítések és iratok alapján anyakönyvezni,
 - b) közreműködni a házasságkötésnél, ha mindkét személy a küldő állam állampolgára, és nem állampolgára a fogadó államnak,
 - c) átvenni a küldő állam állampolgárainak személyállapotára vonatkozó nyilatkozatait és bármely okiratát.
2. A konzuli tisztviselő kérésére a fogadó állam hatóságai a küldő állam állampolgárait érintő mindenfajta illeték és díj kiszabásától mentesen megküldik a születést, elhalálozást és házasságkötést igazoló iratokat.
3. A jelen cikk 1. bekezdésének a) és b) pontjában említett, általa elvégzett cselekményekről a konzuli tisztviselő értesíti a fogadó állam illetékes hatóságait.

12. Cikk

A küldő állam állampolgárainak érdekvédelme hagyatéki ügyekben

1. Ha az egyik Fél állampolgára a másik Fél területén hal meg, az illetékes hatóság köteles a halálesetről az elhunyt hazájának diplomáciai vagy konzuli képviseletét haladéktalanul értesíteni, és vele mindazt közölni, ami az örökösökre, hagyományosokra, azoknak lakó- vagy tartózkodási helyére és címére, a hagyaték állagára és az esetleges végrendeletre vonatkozóan előtte ismeretes.
2. Az 1. bekezdésben említett hatóság hasonló értesítést küld abban az esetben is, ha arról szerez tudomást, hogy az elhunyt után harmadik államban maradt hagyaték.
3. A fogadó állam illetékes hatóságai a lehető legrövidebb időn belül tájékoztatják a konzuli tisztviselőt a fogadó állam területén megnyílt hagyatékokról, abban az esetben, ha az örökös vagy a hagyományos a küldő állam, a küldő állam honosságával rendelkező jogi személy, illetőleg olyan személy, aki az illetékes hatóságok tudomása szerint a küldő állam állampolgára.
4. Ha a konzuli tisztviselő elsőként szerez tudomást a küldő állam állampolgárainak a fogadó állam területén történt haláláról, illetőleg a fogadó állam területén megnyílt olyan hagyatékokról, melyet a küldő állam elhalálozott állampolgára hagyott maga után, erről értesíti a fogadó állam illetékes hatóságait.
5. A konzuli tisztviselő a jelen Cikk 1., 3. és 4. bekezdéseiben említett kérdések tekintetében, valamint a fogadó állam törvényeinek és jogszabályainak megfelelően jogosult arra, hogy:
 - a) kérje a fogadó állam hatóságait a hagyaték védelmének, megőrzésének és kezelésének biztosítására, illetve ő maga személyes lépéseket tegyen ennek érdekében,
 - b) jelen legyen vagy más módon részt vegyen a jelen bekezdés a) pontjában hivatkozott intézkedések meghozatalánál,
 - c) külön meghatalmazás nélkül biztosítsa a küldő állam azon állampolgárainak képviseletét, akiknek ehhez a vagyonhoz törvényes érdekük fűződik, és akik nincsenek jelen, vagy nem képviselhetik magukat a fogadó államban.
6. Abban az esetben, amikor a 5. bekezdés c) pontjának megfelelően intézkedések történnének a konzuli képviselet biztosítására, e képviselet addig áll fenn, amíg az ilyen

módon képviselt személyek nem bízzák meg saját képviselőiket, illetőleg saját érdekeik és jogaik védelméről maguk nem gondoskodnak.

7. A küldő állam és a fogadó állam elősegíti a hagyaték átadását, ezen belül:

- a) az örökség részét képező tárgyak behozatali és kiviteli engedélyeinek kiadásával, ha e tárgyak behozatalát és kivitelét az engedélyt kiadó államok törvényei és jogszabályai kifejezetten nem tiltják,
- b) értékesítésére vonatkozó engedély kiadásával az örökségnek jelen bekezdés a) pontjában foglaltak alapján kivételre nem kerülő bármely része tekintetében,
- c) az ilyen értékesítésből származó tiszta bevételnek az örökös vagy hagyományos államába konvertibilis valutában történő átutalásának engedélyezésével.

8. A konzuli tisztviselő a megfelelő felhatalmazás alapján, a küldő állam állampolgára nevében, amennyiben az állampolgár nem tartózkodik a fogadó állam területén, a bíróságtól, hatóságoktól vagy személyektől pénzt vagy vagyontárgyat vehet át, beleértve a hagyatéki vagyontárgyakat, a balesetekkel kapcsolatos kártérítéseket és az életbiztosítási kötvények alapján járó kifizetéseket, amelyekre az érintett állampolgár bármely személy halálával kapcsolatban jogosult.

9. Ha az egyik Félnek a másik Fél területére látogató állampolgára a másik Fél területén meghal, a nála található tárgyakat minden további nélkül át kell adni hazája diplomáciai vagy konzuli képviselőinek.

13. Cikk

Gyámság és gondnokság

1. Ha az egyik Félnek olyan állampolgára érdekében, akinek állandó vagy szokásos lakóhelye vagy vagyona a másik Fél területén van, gyámsággal vagy gondnoksággal kapcsolatos hatósági intézkedés szükséges, a másik Fél hatósága erről az e személy állampolgársága szerinti diplomáciai vagy konzuli képviselőt haladéktalanul értesíti.

2. A konzuli tisztviselő a fogadó állam jogrendje által megengedett kereteken belül jogosult:

- a) a gyámság és gondnokság minden kérdésében a küldő állam állampolgárai érdekeinek védelmében, illetve távollétük esetén a vagyonuk kezelésének biztosítása ügyében a fogadó állam illetékes hatóságaihoz fordulni,
- b) javaslatokat tenni a fogadó állam illetékes hatóságainak a gyámsági és gondnoksági feladatokat ellátó személyekre.

14. Cikk

A küldő állam állampolgárainak letartóztatásával vagy más formában történő feltartóztatásával kapcsolatos feladatok

1. A fogadó állam illetékes hatóságai haladéktalanul, de legkésőbb három napon belül, értesítik a küldő állam illetékes konzuli tisztviselőjét, ha konzuli kerületükben a küldő állam állampolgárát letartóztatják, fogva tartják, elrendelték őrizetbe vételét vagy más formában feltartóztatták (a továbbiakban: fogva tartják).

2. A küldő állam fogva tartott állampolgárának a konzuli képviselőhöz címzett bármely közlését a fogadó állam hatóságai azonnal továbbítják a konzuli képviselőnek.

3. A konzuli tisztviselőnek jogában áll haladéktalanul érintkezésbe lépni a küldő állam fogva tartott állampolgárával és őt meglátogatni, hogy beszélgetést folytasson vele, továbbá abból a célból, hogy üzenetet és csomagot vegyen át tőle, valamint, hogy intézkedjen az illető jogi képviselete biztosítása érdekében. A fogadó állam illetékes hatóságai kötelesek a lehető legrövidebb időn belül, de legkésőbb a fogva tartástól számított négy napon belül engedélyezni a konzuli tisztviselő számára a küldő állam állampolgárának meglátogatását.

4. A konzuli tisztviselőnek tartózkodni kell a fogva tartott érdekében történő intézkedéstől, ha az érintett személy a konzuli tisztviselő jelenlétében az Egyezmény mellékletét képező nyilatkozat aláírásával egyértelműen tiltakozik az ilyen lépések ellen.

5. A fogadó állam a jelen Egyezmény mellékletét képező formanyomtatványon tájékoztatja a küldő állam fogva tartott állampolgárait a jelen cikk rendelkezéseiről.

6. A Felek a jelen cikkben rögzített jogokat a fogadó állam jogszabályaival összhangban gyakorolják.

15. Cikk

Segítségnyújtás a küldő állam hajóinak

1. A konzuli tisztviselőnek joga van megfelelő segítséget és támogatást nyújtani a küldő állam hajójának, amely a fogadó állam kikötőjében, belvizein, parti tengerén, vagy belvízi útjain tartózkodik.

2. A konzuli tisztviselő a hajón és bármely egyéb helyen, összhangban a fogadó állam törvényeivel és jogszabályaival, jogosult találkozni és érintkezni a parancsnokkal és a személyzet tagjaival.

3. A konzuli tisztviselő megkeresheti a fogadó állam illetékes szerveit, és támogatást kérhet tőlük funkciói gyakorlásához mindazon kérdések tekintetében, amelyek a küldő állam hajóját, a parancsnokot, a személyzetet és a rakományt érintik.

16. Cikk

Segítségnyújtás a parancsnoknak és a személyzet tagjainak

1. A konzuli tisztviselő, a fogadó állam törvényeivel és jogszabályaival összhangban, nem érintve az illetékes hatóságok jogkörét, jogosult:

- a) kivizsgálni bármely eseményt, amely a küldő állam hajójának fedélzetén bekövetkezik, meghallgatni a parancsnokot és a személyzet bármely tagját az ilyen eseményekkel összefüggésben, megtekinteni a hajóokmányokat, információkat kapni a hajó útvonaláról és célállomásáról, továbbá segítséget nyújtani a hajó megérkezésével, távozásával és kikötőben való tartózkodásával kapcsolatban;

- b) részt venni a parancsnok és a személyzet tagja közötti viták rendezésében;
- c) elősegíteni a hajó parancsnokának, a személyzet tagjainak és utasainak a szükséges egészségügyi ellátás biztosítását, és intézkedni hazatérésük érdekében;
- d) átvenni, elkészíteni, hitelesíteni vagy érvényességében meghosszabbítani a küldő állam hajójával, annak személyzetével vagy szállítmányával kapcsolatos bármely nyilatkozatot vagy más okiratot, a küldő állam jogszabályaival összhangban;
- e) a küldő államnak a kereskedelmi hajózással kapcsolatos jogszabályai alkalmazása céljából egyéb intézkedéseket hozni.

2. A konzuli tisztviselő számára a fogadó állam törvényeivel és jogszabályaival összhangban lehetővé kell tenni, hogy segítséget nyújtson a parancsnoknak vagy a személyzet bármely tagjának a fogadó állam bírósága vagy más hatósága előtt.

17. Cikk

Érdekvédelem a küldő állam hajójának fedélzetén történő vizsgálat esetén

1. Ha a fogadó állam bíróságai vagy más illetékes hatóságai a küldő államnak a fogadó állam belvizein, parti tengerén vagy belvízi útjain tartózkodó hajója fedélzetén kényszerítő intézkedést kívánnak foganatosítani, vagy kivizsgálást kívánnak folytatni, erről a fogadó állam illetékes hatóságai előzetesen tájékoztatják a konzuli tisztviselőt annak érdekében, hogy jelen lehessen ezen intézkedések megtételekor. Ha a konzuli tisztviselő nincs jelen az intézkedések foganatosításakor, a fogadó állam illetékes hatósága a konzuli tisztviselő kérésére, írásban tájékoztatást ad az intézkedésekről. Ha a szükséges intézkedések sürgőssége nem teszi lehetővé a konzuli tisztviselőnek az előzetes értesítés eljuttatását, a fogadó állam illetékes hatóságai írásban tájékoztatják a konzuli tisztviselőt arról a tényről és a megtett intézkedésekről, még abban az esetben is, ha a konzuli tisztviselő ezt nem kérte kifejezetten.

2. A jelen cikk 1. bekezdésének rendelkezése kerül alkalmazásra abban az esetben is, amikor a fogadó állam illetékes hatóságai magukhoz rendelik a küldő állam hajójának parancsnokát vagy a személyzet bármely tagját, hogy a parton tegyen vallomást a hajóval kapcsolatos kérdésekben.

3. Azon esetek kivételével, amikor erre a konzuli tisztviselő vagy a küldő állam hajója parancsnokának kérésére vagy engedélyével kerül sor, a fogadó állam bíróságai vagy más hatóságai nem avatkoznak be a küldő állam hajójának fedélzetén a hajó belügyét képező olyan kérdésekbe, amelyek a személyzet tagjai közötti viszonyt, a munkaviszonyt, a hajó fedélzetén fennálló fegyelmet és más, a hajóval összefüggő belső természeti intézkedéseket érintik, feltéve, hogy nem kerül sor a fogadó államnak a közrend és a közbiztonság fenntartására vonatkozó jogszabályainak megsértésére.

4. A jelen cikk rendelkezései nem alkalmazhatók a vámvizsgálattal, a bevándorlási ellenőrzéssel, a határvizsgálattal és az egészségügyi ellenőrzéssel kapcsolatos szokásos intézkedésekre, amelyekre a parancsnok kérésére vagy egyetértésével alkalmaznak.

18. Cikk

Segítségnyújtás a hajót ért sérülés esetén

1. Ha a küldő állam hajója hajótörést szenvedett, zátonyra futott vagy egyéb módon szerencsétlenséget szenvedett a fogadó állam belvizein, parti tengerén vagy belvízi útjain a fogadó állam illetékes hatóságai a lehető legrövidebb időn belül tájékoztatják erről a konzuli tisztviselőt, és közlik vele, milyen intézkedések kerültek foganatosításra az utasok és a személyzet megmentése, a hajó és rakománya megmentése érdekében.

2. A konzuli tisztviselő segítséget nyújthat a küldő állam hajójának, személyzetének és azon utasainak, akik a küldő állam állampolgárai, vagy ilyen segítséget kérhet a fogadó államtól.

3. Ha a küldő állam hajójának tulajdonosa, parancsnoka vagy más meghatalmazott személy nincs abban a helyzetben, hogy megtegye a szükséges intézkedéseket a hajó vagy annak rakománya őrzése és védelme, illetőleg a hajóval vagy annak rakományával való rendelkezés érdekében, a küldő állam konzuli tisztviselője meghozza ezeket az intézkedéseket a tulajdonos nevében, vagy a fogadó államhoz fordul azzal a kéréssel, hogy az foganatosítsa ezeket az intézkedéseket.

4. A jelen cikk 1., 2. és 3. bekezdésének rendelkezései kerülnek alkalmazásra azon - a küldő állam vagy harmadik állam állampolgárainak a tulajdonát képező - tárgyak esetében is, amelyeket a parton vagy a fogadó állam vizeiben találtak, vagy beszállítottak a fogadó állam kikötőjébe.

5. A fogadó állam illetékes hatóságai minden szükséges segítséget megadnak a konzuli tisztviselőnek azon intézkedéseknek a megtétele során, amelyekre a küldő állam hajójának a mentésével kapcsolatban kerül sor.

6. A küldő állam sérülést szenvedett hajója, valamint annak rakománya és javai mentesülnek a fogadó államban a vámok, illetékek és adók alól, azon esetek kivételével, amikor a hajót és rakományát azért hagyták ebben az államban, hogy kivárja a vám vagy adó befizetését.

19. Cikk

A küldő állam légi közlekedési eszközeivel kapcsolatos feladatok

A jelen Egyezmény 15-18. cikkei alkalmazandók a polgári légi közlekedési eszközök esetében is olyan mértékben, amennyiben ez nem ellentétes bármely polgári légi közlekedési megállapodással, amelynek mindkét állam részese.

20. Cikk

Értesítés balesetekről és a közlekedési eszközök feltartóztatásáról

1. A fogadó állam illetékes hatóságai haladéktalanul értesítik a konzuli tisztviselőt a küldő állam állampolgárait érintő minden olyan eseményről, amelynek következtében a küldő állam állampolgárai elhunytak vagy sérülést szenvedtek.

2. A fogadó állam illetékes hatóságai értesítik a konzuli tisztviselőt minden olyan esetről, amikor a küldő állam állampolgárainak tulajdonában vagy használatában lévő közlekedési eszközöket feltartóztattak.

21. Cikk

Konzuli bevételek

A fogadó állam biztosítja a konzuli képviselő számára annak a lehetőségét, hogy a beszédett díjakat és illetékeket bármely konvertibilis valutában a küldő államban szabadon átutalja.

22. Cikk

Tiszteletbeli konzuli tisztviselők

Tiszteletbeli konzuli tisztviselő által vezetett konzuli képviselőt a fogadó állam területén a fogadó állam beleegyezésével létesíthető. Az ilyen képviselőt székhelyét, rangját és konzuli kerületét a küldő állam a fogadó állammal egyetértésben határozza meg.

23. Cikk

Együttműködés egymás állampolgárai konzuli érdekvédelmében harmadik államok területén

A Felek - erre vonatkozó külön megállapodás alapján - együttműködnek egymás állampolgárai konzuli érdekvédelmében olyan harmadik államok területén, amelyekben csak az egyikük rendelkezik diplomáciai vagy konzuli képviselővel.

24. cikk

Hatálybalépés és felmondás

1. A jelen Egyezmény a hatályba lépéséhez szükséges alkotmányos és belső jogi feltételek teljesítéséről szóló, a Felek által diplomáciai úton eljuttatott írásos értesítések közül a későbbi kézhezvételének napját követő harmincadik napon lép hatályba.

2. A jelen Egyezményt a Felek bármelyike bármikor felmondhatja. Az Egyezmény annak az írásos, diplomáciai úton eljuttatott értesítésnek a kézhezvételétől számított hat hónap elteltével veszíti hatályát, amelyben az egyik Fél tájékoztatja a másik Felet az Egyezmény felmondására irányuló szándékáról.

3. A jelen Egyezmény felmondása nem érinti az Egyezmény megszűnése előtt indított konzuli eljárásokat.

Készült Budapesten, 2002. november hó 4. napján, két eredeti példányban, portugál és magyar nyelven, mindkét szöveg egyaránt hiteles.

A PORTUGAL KÖZTÁRSASÁG NEVÉBEN:

A MAGYAR KÖZTÁRSASÁG NEVÉBEN:

Melléklet

Tájékoztató a letartóztatott konzuli védelemre való jogáról

Informação relativa ao direito à protecção consular da pessoa detida

A Magyar Köztársaság és a Portugál Köztársaság közötti Konzuli Egyezmény 14. cikke szerint:

- a) az Ön letartóztatásáról, fogva tartásáról, őrizetbe vételéről vagy más farmában történő feltartóztatásáról (a továbbiakban: fogva tartásáról) haladéktalanul, de legkésőbb 3 napon belül értesítik az Ön államának illetékes konzuli tisztviselőjét. Az értesítési kötelezettség akkor is fennáll, ha Ön az értesítést nem kéri.
- b) Önnek jogában áll a konzullal kapcsolatba lépni. A konzulhoz címzett bármely közlését a fogva tartó hatóságnak haladéktalanul továbbítania kell a konzul részére.

c) a konzulnak joga van

- 1) Önnel telefonon vagy írásban haladéktalanul kapcsolatba lépni,
- 2) Önt meglátogatni,
- 3) Öntől üzenetet vagy csomagot átvenni,
- 4) az Ön jogi képviselője érdekében intézkedni.

A konzul tartózkodik a c) pont alatti jogai gyakorlásától, ha Ön ez ellen a konzul jelenlétében tett nyilatkozatával tiltakozik.

Nos termos do artigo 14.º da Convenção Consular entre a República Portuguesa e a República da Hungria:

- a) O funcionário consular competente do Estado de que V. Ex.^a é nacional será notificado sem demora e num prazo não superior a três dias a contar da sua detenção, prisão ou qualquer outra medida privativa da liberdade (doravante designada detenção). É obrigatória a referida notificação, sem prejuízo de não ter sido por V. Ex.^a formulado um pedido nesse sentido;
- b) Tem direito a contactar o cônsul. A autoridade que procedeu à detenção é obrigada a transmitir sem demora ao cônsul qualquer comunicação que V. Ex.^a entenda dirigir-lhe;
- c) O cônsul tem o direito de:

- 1) Estabelecer contacto com V. Ex.^a sem demora, por telefone ou por escrito;
- 2) Visitar V. Ex.^a;
- 3) Receber uma mensagem ou encomenda procedente de V. Ex.^a;
- 4) Diligenciar no sentido da representação legal de V. Ex.^a

O cônsul abster-se-á do exercício dos direitos previstos na alínea c) se V. Ex.^a prescindir da sua intervenção através de uma declaração feita na presença do cônsul.

Alulírott ... (fogva tartott neve) kijelentem, hogy a fentieket átolvastam, megértettem.

Eu, abaixo assinado, ... (nome da pessoa detida), declaro que li e entendi quanto precede.

Kelt ...-en, 20 ... (év) ... (hó) ... napján.

Dado em ..., aos ... de ... de ...

...

(fogva tartott aláírása)

(assinatura da pessoa detida)

Nyilatkozat

Declaração

Alulírott ... (fogva tartott neve) a fenti tájékoztató c) pontja alapján biztosított jogommal élve, a konzul jelenlétében kijelentem, nem kívánom, hogy a konzul az érdekemben intézkedést tegyen.

Eu, abaixo assinado, ... (nome da pessoa detida), exercendo o meu direito, previsto na alínea c) do pre-

sente guia informativo, declaro, na presença do cônsul, que não desejo que o cônsul tome quaisquer medidas no meu interesse.

Kelt ...-en, 20 ... (év) ... (hó) ... napján.

Dado em ..., aos ... de ... de ...

...

(konzul aláírása)

(assinatura do cônsul)

...

(fogva tartott aláírása)

(assinatura da pessoa detida)

Aviso n.º 151/2003

Por ordem superior se torna público que, em 11 de Outubro de 2001, o Governo do Ruanda depositou o seu instrumento de adesão ao Protocolo de Montreal Relativo às Substâncias Que Empobrecem (Deterioram) a Camada de Ozono, adoptado em Montreal em 16 de Setembro de 1987.

Portugal é parte do mesmo Protocolo, aprovado, para ratificação, pelo Decreto n.º 20/88, de 30 de Agosto, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 17 de Outubro de 1988 e tendo o Protocolo entrado em vigor para Portugal em 15 de Janeiro de 1989.

Nos termos do artigo 16.º, n.º 3, o Protocolo entrou em vigor no Ruanda em 9 de Janeiro de 2002.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 29 de Abril de 2003. — A Directora de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *Graça Gonçalves Pereira*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2003/M

Cria o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira

Com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/97, de 21 de Outubro, foi criada uma equipa de missão tendo por objectivo a implementação e entrada em funcionamento de serviços de atendimento ao cidadão, projecto que tomou a designação de Loja do Cidadão. No seguimento deste processo, foi inaugurada a primeira Loja do Cidadão na cidade de Lisboa, num processo evolutivo que permitiu a posterior abertura de estruturas congéneres nas cidades do Porto, Aveiro, Viseu, Braga e Setúbal.

O trabalho para a instalação de estrutura idêntica na Região Autónoma da Madeira iniciou-se em 1999, com a nomeação da respectiva comissão instaladora, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1422/99, de 24 de Setembro. Posteriormente, o Governo Regional da Madeira assinou com o Governo da República um protocolo com vista à efectiva implementação da Loja do Cidadão na Madeira.

Na sequência do referido protocolo, encontra-se realizado o trabalho de concepção dos modelos de implan-

tação e desenvolvimento, assim como de articulação institucional com os serviços públicos e empresas que hão-de disponibilizar os seus serviços no espaço da loja, pelo que importa agora proceder à institucionalização da entidade que assegurará a gestão e regular funcionamento da Loja do Cidadão na Madeira.

A preservação da qualidade dos serviços prestados num espaço que congregará, inicialmente, cerca de 35 serviços públicos e empresas e a coordenação e articulação da Loja do Cidadão com os postos de atendimento ao cidadão que poderão ser criados justificam, por si só e independentemente de quaisquer outros critérios, a adopção do modelo de autonomia administrativa e financeira que o diploma consagra, por forma a permitir igualmente o desempenho eficaz das suas atribuições e a garantir a maior operacionalidade nos planos gestor e financeiro que lhe permitam ser também um factor indutor de simplicidade e de desburocratização.

A estrutura criada é igualmente dotada da necessária flexibilidade no plano organizativo, combinando a possibilidade de recurso ao contrato individual de trabalho com o regime normal de admissões vigente na função pública.

No plano institucional, assegura-se a participação das entidades envolvidas na Loja do Cidadão num conselho de carácter consultivo que, a diversos níveis, acompanha o funcionamento e organização da mesma.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

A Assembleia Legislativa Regional decreta, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 227.º e da alínea *n*) do artigo 228.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas *c*) e *i*) do n.º 1 do artigo 37.º e da alínea *qq*) do artigo 40.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção e numeração da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, e alterado pela Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho, o seguinte:

TÍTULO I

Do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

CAPÍTULO I

Denominação, objecto e atribuições

Artigo 1.º

Denominação e objecto

1 — É criado o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão, adiante abreviadamente designado apenas por GGLC, que é um serviço público personalizado com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede no Funchal.

2 — O GGLC é a entidade sob tutela da Vice-Presidência do Governo Regional que é responsável, designadamente, pela gestão e funcionamento da Loja do Cidadão na Madeira e dos postos de atendimento ao cidadão.